

Gramática e interação: o enquadre programático da hipótese sócio-cognitiva sobre a linguagem

Maria Margarida Martins Salomão*

Abstract

This paper profiles a view of grammar which intends to take jointly into account the conceptual motivation of linguistic forms and the interactional framing of linguistic use. Two premises support such a view: (i) the underdetermination of meaning by its linguistic expression and (ii) the dynamic effect of contextual determination on the process of conceptualization. The intertwined operation of those principles may offer a hopeful solution to the so-called “Frege’s problem”.

1. Moldura: a vertente funcionalista dos estudos da linguagem

Num rasgo de grande felicidade expressiva, Massimo Piatelli-Palmarini, ao introduzir os textos apresentados no encontro de Royaumont de 1975 (o inexatamente denominado “debate Chomsky-Piaget”), convoca as imagens antagônicas do cristal e da chama para representar duas visões classicamente divergentes nos estudos da linguagem e da cognição:

*“(...) de um lado, o **cristal** (imagem da invariância e da regularidade de estruturas específicas); do outro, a **chama** (imagem da constância de uma forma global exterior, a despeito da incessante agitação interna). (...)”¹*

* Universidade Federal de Juiz de Fora - MG

1 PIATELLI-PALMARINI 1983:14

Não cabe dúvida que a lingüística chomskyana, através do endosso militante das teses do inatismo, do universalismo, e da modularidade da mente, constitui hoje a expressão mais poderosa do “partido do cristal” na reflexão contemporânea. Como se poderia talvez esperar, as hostes das chamadas são muito mais dispersas; coalescem, entretanto, ao obedecer genericamente ao “princípio da ordem pelo ruído”, ou, para recorrer a símile físico-químico mais rigoroso, ao “princípio da ordem por flutuações” (desenvolvido por Ilya Prigogine)², segundo o qual a coesão e as “necessidades” do plano da ordem procedem de múltiplas e concorrentes organizações particulares. No campo que nos concerne, a adoção desta postura equivale a uma mudança radical *vis-à-vis* a lingüística deste século: trata-se de substituir o estudo da *gramática como estrutura* pelo estudo da *gramática como fenômeno*.

Na verdade, a abordagem da gramática-como-fenômeno tem sido o principal motor analítico dos funcionalismos de toda persuasão — desde os estudos devotados à identificação de universais tipológicos (caso dos trabalhos de Greenberg, Comrie, Shopen, Bybee), até a investigação centrada na relação entre discurso e gramática (originária do funcionalismo de Praga, cultivada por Halliday e seus associados, e retomada pela diligência de Chafe, Thompson, Hopper, Givón, Du Bois), passando pelos estudos psicolingüísticos da interação social (representados pela contribuição de Herbert e de Eve Clark, de Bates, McWhinney, e Erwin-Tripp), e alcançando o cognitivismo californiano de Berkeley (Fillmore, Kay, Lakoff, Talmy, Sweetser, Goldberg) e San Diego (Langacker, Turner, Fauconnier). Por muito discrepantes que sejam estas tendências, é fato que todas elas se comprometem a estudar *a sensibilidade da expressão lingüística (e, particularmente, da gramática) às pressões do uso*.

A centralidade deste objetivo programático não o torna, entretanto, necessariamente transparente: para obter maior refinamento de sua formulação, julgamos imperativa a elucidação de dois princípios fortemente interarticulados que passamos aqui a detalhar:

- (I) o princípio da *escassez da forma lingüística*;
- (II) o princípio do *dinamismo da determinação contextual*.

2. Premissas teóricas

2.1 - O princípio da escassez da forma lingüística

O princípio da escassez da forma lingüística verifica-se através de uma característica essencial do processo de significação da linguagem —

2 Vide, também sobre este ponto, PIATELLI-PALMARINI, op.cit., p 8-18.

a saber, *a subdeterminação do significado pelo significante*, fenômeno imediatamente exemplificável se considerarmos o possível contraste significativo entre os dois empregos do mesmo *sintagma nominal* ocorrente no seguinte par de sentenças:

- (1) (a) Hoje *um violoncelista* entrou na minha frente no ônibus
(b) Hoje *um violoncelista* levantou excelentes questões em nossa aula de Teoria Musical.

A diferenciação, no caso, tem a haver com a escolha de elementos conceptuais relevantes em cada co-texto: certamente, o co-texto em (I)(a) convida, mais facilmente, à representação de um instrumentista acompanhado de seu instrumento... Tendências hegemônicas nos estudos semânticos buscariam, equivocadamente, atribuir a disparidade significativa a *propriedades intrínsecas da forma*, qualificada então como *ambígua*. No entanto, tratar esta disparidade evocativa dos usos do SN *um violoncelista* como manifestação da *polissemia* constituiria grave distorção analítica: não se lida, neste caso, com uma pluralidade de acepções dicionarizáveis, mas do cômputo de possibilidade interpretativas, derivadas do cálculo mental sobre a disposição comunicativa do falante de representar alguém como “violoncelista” em uma ou em outra situação.

Portanto, a multiplicidade de significações aduzíveis em cada caso não corresponde necessariamente a sutilezas estruturais embutidas na forma lingüística: na expressão oportuníssima de FAUCONNIER 1994:x, ^{DXXII} “a linguagem não porta o sentido, mas o guia”. As pistas linguísticas oferecidas pela enunciação do sujeito desencadeiam complexos processos de inferenciação (conceptual, pragmática, figurativa), gerativos das representações evocáveis. Na formulação de FAUCONNIER 1994:xviii:

“(...) a linguagem não realiza por si a construção cognitiva — ela oferece pistas mínimas mas suficientes para localizar os conhecimentos e princípios apropriados a operar em cada situação (...) de tal modo que a representação resultante excede em muito a informação implícita (...)”

Obviamente, esta visão “construcionista” da interpretação colide de frente com a concepção semântica clássica, segundo a qual a significação corresponde às *condições de verificação de uma enunciação em um modelo* (seja este o “mundo real”, ou “universos possíveis”, ou ainda “situações”, dependendo das convicções teóricas pertinentes).

A hipótese que, contrariamente, adotamos advoga ser a significação uma *construção mental produzida pelos sujeitos cognitivos no curso de sua interação comunicativa*. É, portanto, do fogo — e não do cristal — que aqui se trata. Daí que, como observam SWEETSER & FAUCONNIER 1996:8, a ênfase destes estudos semânticos tenha se deslocado da abordagem das sentenças como estruturas lógicas para a investigação da armação cognitiva obtida a partir da enunciação das sentenças: projeções metafóricas e metonímicas, enquadramentos e funções-enquadre (**roles**), desdobramentos em planos discursivos, estabelecimento de conexões entre espaços mentais, esquemas cognitivos e modelos culturais.

Muito embora linguistas cognitivistas, como os mencionados Fauconnier e Sweetser, sejam enfáticos em ressaltar que “a cognição humana é um processo *contextualmente configurado*”, a força de seu trabalho analítico concentra-se no canal léxico-sintático da expressão linguística, negligenciando, assim, relevar que este nível de organização semiológica *não é excludente dos outros meios expressivos nem necessariamente dominante* na maior parte dos casos de comunicação real. Canais semiológicos concorrentes (suprasegmentais, paralinguísticos, corporais e sócio-culturais) têm sido, na prática, desconsiderados pela *maioria* das análises funcionalistas que, subjugadas ao peso milenar da *tradição grafocêntrica* do estudo da linguagem, diminuem suas melhores possibilidades de representar um processo de conceptualização que seja psicologicamente real.

A deliberação programática de reverter esta situação leva-nos à necessidade de detalhar nosso segundo princípio, o que faremos a seguir.

2.2 - O princípio do dinamismo da determinação contextual

Ao admitir a amoldabilidade da gramática às pressões do uso, as diversas convicções funcionalistas se prontificam a reconhecer a crucialidade da dimensão contextual na explicação do fenômeno linguístico. Tributárias da herança estruturalista, muitas destas abordagens, entretanto, contentam-se com a redução do conceito de *contexto* a um conjunto de variáveis estáticas (espácio-temporais, sociais, situacionais) — e, daí, é fácil retornar ao cultivo de velhas taxonomias. Considero que este seja o caso das formulações originais tanto da *role-and-reference grammar* de Foley e Van Valin como da *gramática funcional* de Simon Dik, com sua presunção de que “funções pragmáticas”, à semelhança de constituintes sintáticos ou “casos” semânticos, sejam discretamente discerníveis. De alguma forma, incide

no mesmo problema a tipologia de *stati* informacionais, usada em análises de inspiração chafe-priceana.

É apenas quando adotamos uma compreensão *fenomenológica* do que seja contexto, entendido como *modo-de-ação, constituído socialmente, sustentado interativamente e temporalmente delimitado* (nos termos de GOODWIN & DURANTI 1992:6), que realmente nos comprometemos a enfrentar a irreduzível dinamicidade do processo de construção conceptual. De fato, toda a massa de trabalhos consagrados ao estudo da interação face-a-face (de linha etnometodológica, ou sócio-interacionista) demonstra sobejamente que toda produção da fala é *duplamente contextual*: tanto o contexto modela a prática interpretativa como a prática interpretativa modela o contexto.

Assim, fica posto em xeque o postulado filosófico de linhagem searle-griceana de que o *efeito comunicativo tem como determinação dominante a intencionalidade do falante*. Na verdade, uma quantidade respeitável de estudos aponta para o *caráter cooperativo da tarefa de construção conceptual*, abrindo campo para a identificação de um papel muito mais ativo reservado à função de *ouvinte* — seja este assumindo a *persona* de *interlocutor*, seja atuando como *audiência focal*, seja na parte da *audiência circunstante* ou “intrometida” (*overhearer*).

Entre as contribuições que fortalecem esta agenda de pesquisa, gostaríamos de citar o trabalho de ONO & THOMPSON 1996: 391-399, que enfoca uma situação de *reenquadramento sintático-semântico operada entre dois turnos conversacionais por um mesmo falante A*, quando diretamente confrontado (no intervalo entre estes dois turnos) pela interposição de uma partícula interrogativa de parte de outro falante B; desencadeia-se então uma rotina de acordo com a qual o falante A procede à adjunção de um sintagma preposicional que pode, segundo apontam Ono & Thompson, modalizar a primeira enunciação, ou, ainda, alterar a valência da predicação originalmente empregada, produzindo o que FAUCONNIER & TURNER 1996 tratam como *mesclagem* (“*blending*”) de espaços mentais e/ou domínios conceptuais.

Situações assemelhadas são objeto da investigação de GOODWIN & GOODWIN 1992: 147-189, que analisam efeitos da *interatividade operada intraturno* mediante o emprego da função comunicativa de *avaliação*, que é representável via canal léxico-sintático, ou via canal prosódico, ou, ainda, através de sinalização paralinguística, desencadeada, em todos estes casos, por uma reação expressiva do interlocutor — também manifestável multivocamente (pelo movimento do olhar, por expressões faciais, por algum acréscimo linguístico).

A importância deste processo, exercido no interior do turno individual, é o de evidenciar a *transparência do ato comunicativo* à

interatividade produzida com o objetivo de assegurar uma concepção coletivamente congruente do evento representado. A função comunicativa da *avaliação*, longe de se afigurar como ação individual do sujeito em seu isolamento cognitivo, deflagra um fórum em que os participantes na interação possam se expor um para o outro.

Duas consequências teóricas desta análise são imediatamente destacáveis:

- (a) o exercício radical do *dialogismo* bakhtiniano, revelado pela incorporação da presença do Outro (do interlocutor) numa expressão formalmente muito mais compacta do que as manifestações habitualmente reconhecidas (discurso direto, discurso indireto, discurso indireto livre);
- (b) a falência da relação escolarmente sustida entre sentença (objeto sintático), proposição (objeto lógico) e ato da fala (objeto da pragmática): o processo da *avaliação* pode instaurar um novo ato comunicativo e, a rigor, uma nova proposição no meio da enunciação de uma única sentença.

Os trabalhos citados, de Ono & Thompson e dos Goodwins, abordam *estratégias de reparo no curso da construção conceptual*, exercidas por mais de um sujeito cognitivo, através de eficaz coordenação de esforços — em um caso, atuando na transição interturnos; em outro, operando no interior de um mesmo turno conversacional. Tais trabalhos ilustram com autoridade a tese de que *contexto seja uma dimensão ativada temporal e seqüenciadamente*, que restringe o trabalho de interpretação seja por via do gerenciamento da interação, seja por via da negociação do sentido — ponto, aliás, assinalado com grande clareza por toda a contribuição de John Gumperz (vide, especialmente, GUMPERZ 1992: 229-252 e GUMPERZ 1996: 359-373; 374-406).

Além da coordenação sequencial, a que aludimos, a dimensão contextual presume também um *desdobramento sincrônico da comunicação em planos interativos* (linguisticamente replicáveis em *planos discursivos*), tal como estudados por Adam Kendon, a partir de uma matriz analítica goffmaniana. Kendon, que, no correr de suas investigações, oferece-nos sensíveis descrições da expressão gestual, bem como de outros equipamentos paralinguísticos (movimentação do olhar, postura corporal), aborda (em KENDON 1992:326-334) a complexa relação que se distribui na prática comunicativa em tempo real entre:

- (i) o *fluxo principal da atenção*, normalmente objeto de codificação léxico-sintática como primeiro plano do discurso;

- (ii) *fluxo subfocalizado da atenção*, que organiza o fluxo principal e pode consistir tanto em planos discursivos secundários ou em outros conjuntos de recursos formais, como, por exemplo, as *convenções de gênero*; e por último,
- (iii) o *fluxo desfocado de atenção*, que corresponde, em certos casos, aos papéis sociais desempenhados pelos participantes de um enquadramento interativo, ou, ainda, à disposição espacial destes participantes na cena comunicativa, ou, mesmo, às mudanças em sua postural corporal assinalando alterações na organização interacional, como, por exemplo, para indicar o encerramento da conversa.

A identificação desta multiplicidade de canais (semiológico-atencionais) pelos quais, coordenadamente, processa-se a interação é absolutamente preciosa para quem se dedique ao estudo da postulação cognitiva de *espaços mentais*: como o evidencia nosso estudo da categoria de Aspecto, é fascinante a intercorrência entre *planos interativos* e *domínios epistêmicos* (cf. SALOMÃO 1997).

A adoção desta concepção fenomenológica de **contexto** produz uma nova gama de indagações: neste percurso francamente anti-saussureano que escolhemos — de ampliação das fronteiras do nosso objeto de estudo para além do sinal linguístico segmentável — é legítimo perguntar: onde termina a linguagem verbal? onde começa o contexto? qual o perfil do evento comunicativo que desejamos compreender? É indispensável que respondamos a estas perguntas se queremos enfrentar a velha crítica chomskyana — que reconhece relevância a todos os fenômenos que enumeramos mas ressalva sua impertinência à análise linguística “propriamente dita”.

De fato, no calor do processo interativo, o risco é o de nos perdermos na “massa heteroclita dos fatos”³, sem conseguirmos mais dissociar gramática, conhecimento sócio-cultural, pressões comunicativas contingentes, bagagem de experiências pessoais. O desafio posto ao olhar analítico é o de discernir os diversos planos nos quais se organiza a interação e determinar, dentro deles, *o papel da expressão linguística*, infalivelmente emolduradora do *evento comunicativo focal*, como seu elemento constitutivo necessário, ainda quando não plenamente suficiente.

O elevado grau de nitidez e de definição estrutural do canal léxico-sintático elegeu-o, na tradição dos estudos da linguagem, como alvo exclusivo da atenção analítica: demovido hoje desta posição pela massa

3 Cf. SAUSSURE, F. de (1916) 1967:51.

de investigações produzidas no século, é impossível, entretanto, negar sua dominância cognitiva entre os demais meios semiológicos — quando nada pela sua prestabilidade à operação do raciocínio abstrato.

Como linguistas, a questão para nós posta, entre a escassez do significativo linguístico e a riqueza da sobredeterminação contextual, é a compreensão do *funcionamento da gramática como instrumento da conceptualização* — não único, mas imprescindível. É da especificidade da participação da gramática no processamento cognitivo que passamos agora a tratar.

3- O recorte da hipótese: a revisão do compromisso cognitivista

Um dos traços diferenciais da linguística chomskyana — e das tendências definidas a partir dela e/ou contra ela — é o de estudar a linguagem como “espelho da mente” (nos termos clássicos evocados em CHOMSKY 1975: 3-35). George Lakoff, comentando esta vocação, em texto que aborda a história recente da disciplina (HUCK & GOLSMITH 1995:109), define o “compromisso cognitivista” como a decisão de “levar a sério resultados empíricos sobre a natureza da mente, *de modo a fazer com que a teoria da linguagem se adeque a estes resultados*”. A assertativa lakoffiana ecoa programa definido em *Aspects of the theory of syntax*, quando se trata da necessidade de *justificação interna* das gramáticas em função de sua compatibilidade com os *princípios gerais inatos* que governam o processo de aquisição da linguagem.⁴

É bem conhecida a propensão chomskyana de esgotar o “compromisso cognitivista” no tratamento do chamado “problema de Platão” — isto é, em termos da capacidade humana de aprendizagem da linguagem como processo natural, programado biologicamente, e fortemente endógeno.⁵ No enquadre que elegemos como prioritário (o estudo do papel da linguagem no processo de conceptualização), a questão que se afigura como mais relevante é o chamado “problema de Descartes” (CHOMSKY 1988:136) — a saber, o problema posto pela dimensão criativa do uso lingüístico: o fato de que possamos compreender e produzir *enunciações inéditas*.

Ora, a abordagem prevalente na linguística é a de tratar a condição de criatividade expressiva como propriedade formal da linguagem; isto

4 Conforme CHOMSKY 1965:27, e também às pp. 36-37 e 47-59.

5 Segundo CHOMSKY 1988:134, “aprender a linguagem não é algo que a criança faz: é antes algo que lhe acontece, uma vez ela posta em ambiente apropriado”

é, como decorrência de ser o sinal linguístico segmentável, reutilizável, rearranjável e recursivo: deste modo tanto é possível produzir sequências sintáticas bem-formadas, virtualmente infinitas, quanto inventar lexemas novos como *freezeira* (apondo-se o sufixo + *eira* de *jardineira*, *cozinheira* a uma raiz não-nativa) para atender a propósitos comunicativos particulares da mesma natureza daqueles que acabam por determinar também a criação dos verbos de primeira conjugação *deletar* e *becapear* (derivado das formas em inglês *delete* e *back up*).

Obviamente, não podemos ignorar esta condição formal, eventualmente alçada à nobilidade teórica como a “hipótese sobre a dupla articulação da linguagem”; para nós, entretanto, a explicação do *ineditismo* deve ultrapassar a característica estrutural da *analísabilidade*: não produzimos formas novas apenas porque temos a condição de fazê-lo mas porque nossas necessidades comunicativas assim o contingenciam. Tendo em vista a manifestação avassaladora destas necessidades sobre o uso linguístico — não só em termos da novidade da enunciação, mas, principalmente, em termos da pleora de significações aduzíveis, agregáveis, negociáveis, suprimíveis — é indispensável que estabeleçamos as condições reguladoras desta multiplicidade na interface entre linguagem e contexto.

Tratamento clássico deste problema, numa vertente não verificacionista, é oferecido por Wittgenstein através da teoria dos “jogos da linguagem”⁶: repelindo a visão “representacionista” ou “entitativa” do significado, Wittgenstein reivindica nas *Philosophical Investigations* que a interpretação seja realizada, a cada *lance* da relação comunicativa, pela aplicação do conhecimento linguístico relevante, que constitui muito mais um *saber-como* do que um *saber-que*. Tal concepção, expressamente *procedimentalista*, esbarra, a nosso ver, em duas objeções consideráveis:

- (a) Em primeiro lugar, o fato de que a significação seja “recriada” a cada lance não prescinde de que se reconheça, para este fim, um *saber-que específico*, relativo à *identificabilidade das formas* empregadas como *instanciações de categorias lingüísticas* (lexicais ou gramaticais) autonomamente disponíveis: para retomar a metáfora saussureana, um movimento no tabuleiro de xadrez, por mais inesperado e contextualmente justificado que seja, requer, para sua *inteligibilidade*, a pré-existência de regras que o legitimem. Portanto, não se “joga” com a linguagem sem que se possa também analisá-la, segmentá-la e “duplamente articulá-la”.
- (b) Em segundo lugar, a concepção procedimental do uso linguístico

6 Uma boa recensão deste tema é oferecida por MARTINS 1997.

(igualmente reivindicada pelas semânticas construcionistas de TURNER 1991, FAUCONNIER 1994 e, muito antes deles, por FILLMORE 1982 e 1985) não preclui que a interpretação opere sobre conjuntos de conhecimentos estruturados — os *esquemas conceptuais* (dos estudos no campo de Inteligência Artificial) ou os *modelos cognitivos idealizados* (MCIS) (propostos por LAKOFF 1987). É função da linguagem *suscitar e enquadrar* estas massas de informação, assim armando as condições cognitivas da compreensão.

Na verdade, a nós parece que a contribuição essencial da *semântica dos enquadres (frames)*, pioneiramente proposta por Fillmore desde 1975, seja o de possibilitar esta mediação entre o *conhecimento-do-mundo* — acumulado como memória social (modelos culturais) e/ou pessoal — e a sua ativação numa *perspectiva singular*, definida para o evento comunicativo em desenvolvimento.

A prestabilidade dos *enquadres* como *constructos teóricos* é demonstrável tanto pelas conhecidas análises de lexemas como *bachelor, órfão, viúva* (ou dos verbos vinculados à *cena comercial*), como, ainda mais promissora, pela sua operatividade na produção de significados complexos.

Consideremos, para fins de ilustração, a interpretação do SN *solidão cigana*, empregado numa letra de música sertaneja, em que o autor da lírica relata suas desventuras amorosas, que culminam levando-o àquela triste situação (de “solidão cigana”). Relevante na interpretação desta construção da Modificação Adjetival (aparentemente, a mais rudimentar operação da complexificação do significado⁷) é que o contexto seleciona estritamente os esquemas semânticos aplicáveis, entre todos os disponíveis no MCI CIGANOS, transferido metonimicamente como *qualidade* da SOLIDÃO: é possível, assim, entender que o enamorado desiludido passe a cultivar uma solidão metaforicamente “andarrilha” ou “nômade” — que o leva a consolar-se da perda amorosa por uma sucessão de *affairs*. Outras dimensões semânticas, também suscetíveis pelo mesmo MCI (seja, por exemplo, a “leitura da sorte”) são inteiramente desenquadradas neste contexto interpretativo. Deste modo, verificamos que a *especificidade do enquadramento* prevalece-se da informação estruturalmente armazenada ativada segundo as contingências comunicativas locais.

Em termos expressamente wittgensteinianos — isto é, levando à radicalidade, a máxima de que “o significado é o uso” — parece-nos impossível resolver o outro desafio posto à persuasão cognitivista: aquele

7 Como tal é estudada em FODOR & KATZ 1963: vide a discussão do exemplo *colorful ball*.

que denominaríamos “o problema de Frege”. Com efeito, pondera Frege em texto clássico⁸ que o significado não pode ser tratado como “propriedade das mentes individuais” sob pena da perda de seu valor social. Ora, se aderimos, como já o fizemos, aos princípios da *escassez da forma linguística* e do *dinamismo da determinação contextual*, como evitar o risco prefigurado por Frege? Como será possível compatibilizar a contínua renovabilidade da expressão (“problema de Descartes”) com o imperativo da inteligibilidade entre os diversos sujeitos cognitivos (“problema de Frege”)?

Diante do perigo (patológico) da “ilimitação da semiose”, a questão que necessariamente emerge é a seguinte: como determinar que a significação pretendida não recubra o campo potencialmente infinito da significação evocável? Duas dimensões articuladamente operam para garantir a exequibilidade da comunicação: de um lado, o constrangimento imposto pela própria escolha formal do significante; de outro lado, mais crucialmente, o emprego de estratégias comunicativas que elegendem, no contexto interativo considerado, *qual a interpretação relevante*.

Um aspecto que tem habitualmente escapado à cogitação dos semanticistas (tanto formais como cognitivos) é o fato de que a *emergência do significado* — condição para que a comunicação se realize — tem necessariamente uma *dimensão pública*. As tendências analíticas classicamente prevalentes (o tratamento do sujeito cognitivo como *função monológica e socialmente desenraizada* e a abordagem do contexto como dimensão *politicamente neutra*) negligenciam o reconhecimento de que a interpretação é tanto *ato cognitivo como ato social*.

Portanto, o significado produzido interativamente é não apenas um significado possível mas também o *significado aceitável conforme condições de arbitragem* operantes na situação. Tanto estas podem consistir, nos casos mais simples, de mera consulta a dicionário como podem, nos casos de cismas profundos, demandar a ativação de recursos institucionais específicos para o estabelecimento da interpretação socialmente prevalente — aí situando-se a operação de câmaras recursais, tribunais de júri, consultas plesbicitárias, eleições gerais, etc⁹.

8 Trata-se do texto “Senso e Referência”, publicado em 1896. Cito a tradução para o Inglês por GEACH & BLACK 1960:56-78. O risco da *incomensurabilidade entre as representações individuais*, que alimenta diversas modalidades do pensamento anarco-relativista (Whorf, Feyerabend, Foucault), vem a ser magistralmente desmitificado por PUTNAM 1981: 113-24, através da “prova de tradutibilidade”. Diz Putnam que se um texto é avaliado como “mal-traduzido” é porque seria possível produzir (e mesmo compará-lo virtualmente com) uma “tradução melhor”. Nestes termos, o risco de incomensurabilidade é demovido ao status de idealização.

9 Ver, a este respeito, o excelente artigo de LINDSTRON 1992: 101-124, que através da análise de um evento da natureza judicativa, na Ilha de Tanna (na Polinésia), promove uma interessante apropriação do conceito de “ordem discursiva”, originalmente proposto por Foucault.

Esta disposição de *co-conceitualização*, inerente a toda ação comunicativa com pretensões de validade, resolve o “problema de Frege”: por incomensuráveis que sejam as “puras” subjetividades, as necessidades prementes dos processos de comunicação real limitam os “jogos de linguagem” através de instrumentos estruturais disponíveis — seja a organização do significante linguístico e de outros sistemas semiológicos concorrentes, seja o acesso a recursos conceptuais (modelos cognitivos idealizados), que incluem esquemas de organização social auto-aplicáveis ao uso da linguagem.

A presente linha de raciocínio, desenvolvida à luz da investigação sócio-interacionista, permite empreender promissora revisão das hipóteses clássicas sobre o *relativismo linguístico*, de modo que se vislumbre solução de compromisso entre as tendências universalistas do cognitivismo e as contingências singulares do processo da conceptualização.

A tese-guia do relativismo, a chamada “hipótese de Sapir-Whorf”, de amplo prestígio na linguística até meados da década de 60, viu-se, a partir daí, submetida a sucessivos golpes, desferidos pela investigação empírica — exemplificável pelos conhecidos estudos de BERLIN & KAY 1969 e de ROSCH 1977. Além do mais, a voga racionalista desencadeada desde então pela hegemonia da reflexão chomskyana, e emblematicamente ilustrada pela obra de FODOR (FODOR 1975, 1983), impôs às teses relativistas um tom de exotismo, apenas remanescente da difícil redutibilidade interlinguística das codificações léxico-gramaticais. Em qualquer caso, como o demonstram aptamente KELLER & KELLER 1996:115-129, não resiste razão para argumentar que as diversas representações mentais (cognitivas, imagéticas, sensório-motoras) devam se assentar, primária ou exclusivamente, em padrões linguísticos.

A reabilitação do relativismo agora procede não da comparação entre sistemas linguísticos descontextualizados, tratados como mera “embalagem do pensamento”, mas do estudo das “complexidades do processo de compreensão em tempo real e da miraculosa coordenação da perspectivas que é necessária para a comunicação satisfatória”.¹⁰

Neste campo será possível distinguir entre restrições cognitivas, possivelmente de escopo universal (estratégias da *categorização*, da *accessibilidade a espaços epistêmicos*, de *difusão*, *projeção* e *mesclagem de domínios conceptuais*), e informações sócio-situacionais específicas (*modelos cognitivos idealizados*, *funções-enquadre*, *táticas de enquadramento*), que sempre constituíram o objeto de estudo da antropologia linguística de todos os matizes.

10 Cito GUMPERZ LEVINSON 1996:11

Talvez, optando por esta perspectiva mais ampla, seja possível, conforme auguram GUMPERZ & LEVINSON 1996:10,

“(...) lançar uma ponte sobre a divisão durkheimiana do trabalho entre as ciências psicológicas e as ciências sociais.(...)”.

4 - Por uma outra concepção de gramática

Temos, até este ponto, procurado definir o horizonte intelectual no qual se inscreve a hipótese sócio-cognitiva sobre a gramática. Estabelecemos, desde logo, que o estudo da sensibilidade da gramática às pressões do uso — a tarefa funcionalista por excelência — requeria que se adotasse a perspectiva da investigação da *gramática-como-fenômeno* (em oposição ao tratamento mais difundido da gramática-como-estrutura).

Esta visada fenomenológica quanto à gramática nos leva a que a encaremos como *dispositivo sócio-cognitivo*: não apenas operadora da *criatividade linguística* mas também instrumento da *delimitação social sobre a liberdade de interpretação*, em concorrência com os demais sistemas semiológicos com os quais funciona articuladamente.

Neste quadro é, pois, perfeitamente esperável que, segundo OCHS, SCHEGLOFF & THOMPSON 1996: 33-41, possamos reivindicar que a gramática não só *organize a interação e seja por esta influenciada* mas que a gramática constitua, por seu direito próprio, *um modo de interação social*.

Assim, por exemplo, estudos de línguas tipologicamente diferentes quanto à ordem sintática básica — e.g. Inglês (SVO) e Japonês (SOV) — ilustram o emprego de *diferentes dispositivos gramaticais para realizar a mesma tarefa comunicativa*: a saber, a operação de auto-reparo no interior do mesmo turno conversacional (cf. FOX, HAYASHI & JASPERSON 1996:185-237). De outro lado, há fenômenos tipicamente sintáticos, como a *ordenação das partículas em Finlandês* (SORJONEN 1996:227-327) que vem a ser determinados pela *estrutura dos turnos e da sequência conversacional*. Ainda mais interessantes, são os estudos que exploram as dimensões de *subjetividade e sociabilidade* na gramática: é o caso, por exemplo, do excelente artigo de LERNER 1996:238-276 sobre a *permeabilidade dos turnos conversacionais* à contribuição de outros participantes na interação, seja através de *completações antecipatórias*, seja através da *interposição de fala* antes do fim do turno conversacional em curso.

Este entendimento da gramática como *equipamento visceralmente interativo* é inteiramente compatível com a proposição langackereana

de que a gramática é o instrumento da conceptualização socialmente determinada.

O desenvolvimento dos estudos gramaticais dentro desta linha permite uma iluminadora retomada do postulado da linguística cognitiva de que

“a gramática não é um nível autónomo da representação mas consiste na simbolização convencional da estrutura semântica.”¹¹

Já que as estruturas semânticas são carregadas de lastro histórico-social, procedente dos sistemas de conhecimento de que se originam, e já que a interação comunicativa presume o enquadramento destes conhecimentos na moldura pragmaticamente relevante, é defensável arguir que *processo de motivação da gramática seja, a um tempo, conceptual e interacional.*

Este ponto de partida teórico tem duas conseqüências que merecem ser explicitadas. Em primeiro lugar, fica desautorizada qualquer hipótese ingênua sobre a chamada *iconicidade da gramática*: o reconhecimento de que a gramática seja uma organização motivada *não implica em estabelecer correspondências mecânicamente previsíveis com representações reificadas e pré-definidas.* Esta persuasão, na verdade, colidiria de frente com todo o conjunto de convicções construcionistas que delineamos nesta seção. Nossa tarefa é de elucidar *como se produz a motivação da gramática* e esta questão constitui a incumbência central de quem endossa a hipótese sócio-cognitiva.

A segunda conseqüência da assertiva que fizemos diz respeito aos *critérios de validação* da nossa hipótese. A perspectiva fenomenológica que escolhemos requer que os *procedimentos de validação sejam processuais*: deste modo, a evidência crítica para a testagem da hipótese consiste ou em *dados históricos* (e, para tanto, são preciosos os estudos do fenómeno da *gramaticalização*), ou em dados registrados de *eventos da interação comunicativa em tempo real* (cuja análise abre campo para os estudos da *gramática on line*).

Deste modo esperamos transpor o fosso histórico que separa estudos cognitivistas e estudos interacionistas da linguagem e, por esta via, ser capazes de propor um novo tipo de abordagem do discurso que combine o reconhecimento da operatividade de sistemas não lingüísticos com uma perspectiva de análise expressamente lingüística.

11 LANGACKER 1987:2

Referências Bibliográficas

- BERLIN, B. & P.KAY 1969. *Basic color terms: their universality and evolution*. Berkeley:University of California Press.
- CHOMSKY, N. 1975. *Reflections on language*. New York:Pantheon Books.
- CHOMSKY, N. 1988. *Language and problems of knowledge; the Managua lectures*. Cambridge:Cambridge University Press.
- DURANTI, A & C. GOODWIN(eds) 1992 *Rethinking context*. Cambridge:Cambridge University Press.
- FAUCONNIER, G. 1994. *Mental spaces*. Cambridge:Cambridge University Press.
- FAUCONNIER, G. & E.SWEETSER (eds) 1996. *Spaces, worlds and grammar*. Chicago and London: The University of Chicago Press.
- FAUCONNIER, G. & M.TURNER 1996. Blending as a central process of grammar. In: GOLDBERG, A (ed) op.cit. pp.113-130.
- FILLMORE, C.J. 1982. Frame semantics. In: LINGUISTIC SOCIETY OF KOREA (ed) *Linguistics in the Mornig Calm*. Seoul:Hanshin, pp. 111-138
- FILLMORE, C.J. 1985. Frame and the semantics of understanding *Quaderni di semantica*, 6 (2): 222-253
- FODOR, J.A. 1975. *The language of thought*. Cambridge, Mass:Harvard University Press
- FODOR, J.A. 1975. *The modularity of mind*. Cambridge, Mass: The MIT Press.
- FOX, B; M.HAYASHI & R. JASPERSON 1996. Resources and repair: a cross-linguistic study of syntax and repair. In OCHS, SCHEGOOFF & THOMPSON (eds). 1996, op. cit., pp.134-184.
- FREGE, G. (1896) 1970 On sense and reference. In GEACH, P. & M.Black. *Translations from the Philosophical Writings of Gottlob Frege*. Oxford:Blackwell, pp. 52-67.
- GOLDBERG, A. (ed) 1996 *Conceptual structure, discourse and grammar*. Stanford, Ca: Center for the study of Language and Information (CSLI)
- GOODWIN, C. & A. DURANTI. 1992. Rethinking context: an introduction. In DURANTI, A. & C. GOODWIN (eds), op.cit., pp. 1-42.
- GOODWIN, C. & M.H. GOODWIN. 1992. Assessments and the construction of context. In DURANTI, A. & C. GOODWIN (eds), op.cit., pp. 147-190.
- GUMPERZ, J. 1992. Contextualization and understanding. In DURANTI, A. & C. GOODWIN (eds), op.cit., pp. 229-252.

- GUMPERZ, J. 1996. The linguistics and cultural relativity of inference. In: GUMPERZ, J. & S. C. LEVINSON (eds) 1996, op.cit., pp. 374-405.
- GUMPERZ, J. & S. C. LEVINSON 1996. Introduction: linguistic relativity re-examined. In GUMPERZ, J & S. LEVINSON (eds), op.cit., pp. 1-36.
- GUMPERZ, J. & S. C. LEVINSON (eds) 1996. *Rethinking linguistic relativity*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HUCK, G. & J.A. GOLDSMITH. 1995. *Ideology and linguistic theory; Noam Chomsky and the deep structure debate*. London and New York: Routledge.
- KELLER, C.M. & J.D. KELLER. 1996. Imaging in iron, or thought is not inner speech. In GUMPERZ & LEVINSON (eds) 1996, op.cit., pp. 115-131.
- KENDON, A. The negotiation of context in face-to-face interaction. In DURANTI & GOODWIN (eds) 1992, op.cit., pp. 323-334.
- LAKOFF, G. 1987. *Women, fire and dangerous things*. Chicago: The University of Chicago Press.
- LANGACKER, R. 1987. *Foundations of cognitive linguistics, vol I*. Stanford, Ca: Stanford University Press.
- LERNER, G.H. On the "semi-permeable" character of grammatical units in conversation: conditional entry into the torn space of another speaker. In OCHS, SCHEGCOFF and THOMPSON (eds), 1996, op.cit., pp. 238-275.
- LINDSTROM, L. Context contests: debatable truth statements on Tanna (Vanuatu). In DURANTI, A. & GOODWIN (eds) 1992, op. cit., pp. 101-124.
- MARTINS, H. 1997. A relação entre metáforas cotidianas e metáforas literárias e seu impacto sobre a determinação da palavra como unidade semântica da linguagem. Rio: Faculdade de Letras/UFRJ.
- OCHS, E; E. SCHEGZOFF & S. THOMPSON. Introduction in OCHS, E; E. SCHEGCOFF & S. THOMPSON (eds) 1996, op.cit., pp. 1-51.
- OCHS, E; E. SCHEGZOFF & S. THOMPSON (eds) 1996. *Interaction and grammar* Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- ONO, T & S. THOMPSON. The dynamic nature of conceptual structure building: evidence from conversation. In: GOLDBERG, A (ed), op.cit., pp. 391-400.
- PIATELLI-PALMARINI, M. (1979) 1983. A propósito dos programas científicos e de seu núcleo central. In PIATELLI-PALMARINI, M. (ed) 1983. *Teorias de linguagem, teorias de aprendizagem*. São Paulo: Cultrix. Trad. de Alvaro Cabral. pp. 7-33.
- PUTNAM, H. Two conceptions of rationality. In PUTNAM, H. *Reason, history and truth*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 101-126.

- ROSCH, E. 1977. Human categorization. In N. WARREN (ed) *Studies in Crosscultural Psychology*. London: Academics.
- SALOMÃO, M.M.M. *Distinções aspectuais como marcadores de espaços epistêmicos*. UFJF. inédito.
- SAUSSURE, F. de (1916) 1967. *Curso de linguística general*. Buenos Aires: Ed. Losada. Tradução, prólogo e notas de Amado Alonso.
- SORJONEN, M. J. 1996. On repeats and responses in Finnish Conversation. IN OCHS, SCHEGLOFF and THOMPSON (eds) 1996, op.cit., pp. 277-326.
- SWEETSER, E. & G. FAUCONNIER 1996. Cognitive links and domains: basic aspects of mental space theory. In FAUCONNIER & SWEETSER (eds) 1996, op.cit., pp. 1-28.
- TURNER, M. *Reading minds*. Princeton: Princeton University Press.
- WITTGENSTEIN, L. 1953. *Philosophical investigations*. New York: MacMillan.